

## **Marx diante da revolução social na Rússia do século XIX**

Vitor Bartoletti Sartori<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Pretendemos analisar os posicionamentos acerca da especificidade do desenvolvimento russo e das consequências que poderiam advir deste desenvolvimento. Neste sentido, ao tratar da relação entre o modo de produção capitalista e a “comuna rural russa”, enfatizando a última, buscaremos expor a defesa marxiana do socialismo na Rússia como algo ancorado em uma profunda análise de realidade, e não em um modelo concebido de modo mais ou menos apriorístico. Assim, buscamos esclarecer os posicionamentos do autor de *O capital* acerca da possibilidade de “uma revolução russa”.

**Palavras-chave:** Marx; Rússia; revolução social; especificidade do desenvolvimento russo.

### **Marx before of social revolution on XIX’s century Russia**

#### **Abstract:**

We intend to analyze Marx’s work on the specificity of the Russian social development – taking in account its consequences. So, having in mind Marx’s texts on Russia, we will deal with the relationship between the “Russian commune”, the development of capitalist production, and the possibility of a socialist revolution on XIX’s Century Russia. As a result, it will be possible to see that the Marxian work is radically different from the adaptation of reality to a “model”, usually defended by Stalinism.

**Key words:** Marx; Russia; social revolution; specificity of Russian development.

*Se a revolução acontecer em tempo oportuno, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar o livre crescimento da comuna rural, ela logo se desenvolverá como elemento regenerador da sociedade russa e como elemento de superioridade frente aos países submetidos ao regime capitalista.*

Karl Marx

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## 1

A negligência acerca da especificidade do desenvolvimento nacional de cada forma distinta mediante a qual o capitalismo se objetiva, até certo ponto, foi uma marca distintiva do “marxismo” do século XX, marxismo este desenvolvido sob a sombra do stalinismo<sup>2</sup> (cf. CLAUDÍN, 2013). No entanto, tal “negligência” – em verdade, colocada concretamente devido, principalmente, a uma questão bastante concreta em meio ao desenvolvimento ultracentralizado do aparato burocrático soviético: a vitória do projeto grão-russo com Stálin e seus continuadores (cf. DEUTCHER, 2006) – passou bem longe daquilo que está presente na obra marxiana<sup>3</sup>. O ofuscamento da questão da especificidade nacional e o nacionalismo mais ou menos chauvinista decorreram de certos aspectos – bastante problemáticos – do desenvolvimento peculiar do século XX, século este que presenciou uma deformação da obra de Marx, primeiramente pela II Internacional e pelo SPD alemão, e depois por aqueles que se viram a defender a União Soviética em meio aos partidos comunistas stalinizados. Se formos dar crédito àquilo que diz Lukács (2012; 2013), inclusive, em meio da defesa das distintas táticas momentâneas do Partido Comunista soviético, foi construído um aparato teórico que trouxe, na melhor das hipóteses, uma tentativa de justificar cegamente a tática soviética diante da centralidade que havia adquirido o país em meio à guerra fria. Marx, por seu turno, disse algo que se voltaria diretamente contra tais delineamentos do stalinismo: “o método materialista se converte em sua antítese quando é utilizado não como um fio condutor na investigação histórica, mas como um modelo acabado a que há que adaptar os fatos históricos” (MARX; ENGELS, 2010, p. 119). E, assim, caso se tome como parâmetro o próprio Marx, infelizmente, em grande parte, o que existiu durante o conturbado século XX foi, no plano do marxismo oficial, a elaboração mais ou menos manipulatória de “um modelo acabado a que há que adaptar os fatos históricos” (cf. LUKÁCS, 2013; 2012). E, portanto, a volta aos textos do próprio Marx pode ser bastante importante para que um senso crítico novo possa ser alimentado diante da situação (bastante sombria) que se conforma atualmente.

---

<sup>2</sup> Lukács, no período, chega a anotar que “o marxismo, concebido acertadamente, (...) não existe mais. Em seu lugar, temos o stalinismo, e continuaremos a tê-lo ainda por algum tempo. (...) não há mais marxistas. Nós simplesmente não temos uma teoria marxista” (LUKÁCS, 1972, p. 32).

<sup>3</sup> É necessário, é claro, fazer ressalvas acerca da afirmação, destacando a importância dos estudos de Lênin na Rússia, de Caio Pardo Jr. no Brasil, entre outros.

O cenário sobre o qual se coloca o marxismo hoje, até certo ponto, é aquele de uma herança frágil no que diz respeito ao “marxismo oficial” e de certa tendência a deixar de lado a análise concreta de realidade por parte daquilo que foi chamado de modo mais ou menos acrítico de “marxismo ocidental” (cf. ANDERSON, 2005) e que não deixou de ser criticado por importantes marxistas da atualidade, como István Mészáros (cf. MÉSZÁROS, 2002)<sup>4</sup>. Neste sentido, talvez, reiteramos, algo bastante importante seja retomar com cuidado a própria obra marxiana, buscando, no limite, uma forma de renascimento do marxismo, como preconizou Lukács. Acreditamos que tal aspecto, ainda hoje, possa ser importante, para que se esclareçam “equívocos” no plano da leitura, pois, segundo acreditamos, uma interpretação esquemática foi bastante gravosa à crítica marxista ao capitalismo (cf. CLAUDÍN, 2013).

Um ponto diametralmente oposto, mas correlacionado, conforma-se na medida em que parte considerável dos marxistas do século XX, até certo ponto, buscou “complementar” Marx de um modo ou de outro (ANDERSON, 2005), ao mesmo tempo em que, em verdade, fizeram-no também ao deixar de apreender a real natureza das anotações marxianas<sup>5</sup> (cf. LUKÁCS, 2013). Aqui, portanto, procuramos retomar os apontamentos de Marx acerca da Rússia e da possibilidade de “uma revolução” em solo russo para que, com isso, reste claro que, em parte considerável, certas aporias do marxismo do século XX (“socialismo em um só país”, “romantismo revolucionário”, “modernização”) podem ser iluminadas a partir deles. Ou seja, ao dizermos – mesmo que de relance – que o marxismo soviético não deixou de trazer vícios incompatíveis com a obra marxiana, procuraremos trazer os próprios comentários do autor de *O capital* para esclarecer algumas questões essenciais (como aquelas da especificidade nacional e do desenvolvimento não linear da história), as quais, no século XX, de certo modo, restaram como aporias do marxismo oficial. Com isso, acreditamos, é possível, ao trazer nova luz a estas questões, colaborar, modestamente, com a retomada do pensamento marxiano.

---

<sup>4</sup> Aqui não podemos tratar do acerto ou erro do termo “marxismo ocidental”. Somente ressaltamos que, efetivamente, houve formas de marxismo que, ao fim, vieram a buscar “complementar” Marx sem que a obra do próprio autor fosse analisada de modo exaustivo e com o cuidado devido.

<sup>5</sup> Lukács salientou que “qualquer leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente (isto é, fora dos preconceitos da moda), são entendidos – em última instância – como enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são interpretações ontológicas. Por outro lado, não há neles nenhum tratamento autônomo de problemas ontológicos; ele jamais se preocupa em determinar o lugar desses problemas em relação à gnosiologia, à lógica etc., de modo sistemático ou sistematizante” (LUKÁCS, 1979, p. 11).

## 2

Uma questão central que merece ser destacada ao se ter em mente aquilo que este artigo pretende tratar passa por algo que, à primeira vista, poderia parecer bastante alheio ao pensamento de Marx: a possibilidade de “uma revolução russa”; o autor alemão, no entanto, disse que: “para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa” (MARX; ENGELS, 2013, p. 100). Sobre este ponto, há de se trazer duas colocações desde o início: primeiramente, fica claro que Marx falava de “uma revolução russa”, o que destaca que ele acreditou – como relatou a Vera Zaslitch – que seria possível a passagem direta da “comuna agrícola russa” para o socialismo em âmbito tendencialmente mundial. O que seria possível porque, como apontaram Marx e Engels no “Prefácio” russo do *Manifesto comunista*, “se a revolução russa constitui-se no sinal para a revolução no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista” (MARX; ENGELS, 1998, p. 73). Ou seja, em Marx, a revolução nacional russa e a “revolução do Ocidente” apareciam como absolutamente complementares. Ao mesmo tempo em que seria possível que a Rússia trouxesse um “sinal para a revolução do Ocidente” com sua revolução, ela não prescindiria da ulterior “evolução comunista”. Isto se daria de tal modo que tal superação (*Aufhebung*) do capitalismo a partir da “propriedade comum da terra” somente seria possível por meio de algo bastante específico ao caso russo: a “comuna agrária”, a qual faria da “atual propriedade comum da terra na Rússia” um “ponto de partida para a evolução comunista”. Ou seja, já de início, é possível notar os concomitantes cuidados com o aspecto nacional e o “mundial” (colocado aqui em meio à “revolução do Ocidente”). Em segundo lugar, é preciso notar também que Marx não tinha uma concepção linear de progresso; antes, procurava “salvar a comuna russa” – o que, em um olhar superficial, poderia parecer, inclusive, “romântico”. Ou seja, a marca da análise marxiana não era o elogio unilateral da acumulação capitalista diante do elemento “primitivo”, como podem parecer indicar alguns textos sobre a China e a Índia (cf. MARX; ENGELS, 2009). É preciso, pois, que se saiba como isto se dá<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Importante destacar que, de início, a posição de Engels sobre a Rússia seria mais próxima daquela que ele teve sobre a Índia e a China: “a revolução almejada pelo socialismo moderno é, sucintamente, a vitória do proletariado contra a burguesia e a reorganização da sociedade mediante a anulação das diferenças de classes. Para tanto, é preciso que haja não só um proletariado capaz de realizar essa revolução, mas também uma burguesia, em cujas mãos as forças produtivas da sociedade se desenvolveram a ponto de permitir a anulação definitiva das diferenças de classe. Entre os selvagens e semisselvagens frequentemente também não há diferenças de classe, e todos os povos passaram por tal situação. A ideia de

Neste pequeno artigo, pretendemos mostrar como isto ocorre na obra marxiana. Para tanto, uma primeira questão a ser levantada é, por assim dizer, de ordem “teórica” – ao tratar de certas similitudes entre a Roma antiga e os Estados Unidos do século XIX, destacava o autor:

Portanto, acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica. (MARX; ENGELS, 2013, pp. 68-9)

Ao contrário de uma posição que abdica de apreender o movimento real da própria realidade histórica, Marx não deixava de buscar “a chave desse fenômeno” conformado na possibilidade (mas não na necessidade absoluta) de os camponeses, em meio à “acumulação primitiva”, passarem a se constituir enquanto proletários<sup>7</sup>. Ou seja, não é a diferença específica existente em diversos casos que faz que Marx se detenha no ímpeto de compreender o aspecto mais geral da conformação ou não conformação do trabalho assalariado. Neste sentido, por mais que o autor de *O capital* faça questão de destacar os “resultados totalmente díspares” que são obtidos a partir de situações marcadas por “acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos”, ele busca ainda encontrar a “chave” dos fenômenos sociais

---

restaurá-la sequer pode nos ocorrer, porque dela decorrem necessariamente, com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, as diferenças de classe. Somente em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, que até para os tempos atuais é bastante elevado, torna-se possível aumentar a produção a um nível em que a eliminação das diferenças de classe seja um verdadeiro progresso e possa ser duradoura, sem acarretar uma paralisação ou mesmo um retrocesso no modo de produção da sociedade. Porém, as forças produtivas só chegaram a esse grau de desenvolvimento pelas mãos da burguesia. Sendo assim, a burguesia, também nesse aspecto, é uma condição tão necessária da revolução socialista quanto o próprio proletariado. Portanto, um homem capaz de dizer que seria mais fácil realizar essa revolução em certo país porque este não tem proletariado nem burguesia só prova, com isso, que ainda tem de aprender o bê-á-bá do socialismo.” (MARX; ENGELS, 2013, p. 37) Sobre o assunto, cf. Musetti (2015).

<sup>7</sup> Como destacou Marx, não necessariamente há a passagem de camponeses a assalariados, de modo que é extremamente necessário procurar compreender a especificidade do desenvolvimento histórico de cada caso concreto. Veja-se o que diz o autor: “em diferentes pontos de *O capital* fiz alusão ao destino que tiveram os plebeus da antiga Roma que cultivavam, cada qual pela própria conta, suas referidas parcelas. No decurso da história romana, acabaram expropriados. O mesmo movimento que os separa de seus meios de produção e de subsistência implica não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também a formação dos grandes capitais monetários. Assim, eles eram originalmente camponeses livres sendo, numa bela manhã (eis aí), de um lado homens livres, desprovidos de tudo menos de sua força de trabalho, e do outro, para explorar o trabalho daqueles, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que aconteceu? Os proletários romanos não se converteram em trabalhadores assalariados, mas numa ‘mob [turba]’ desocupada, ainda mais abjetos do que os assim chamados ‘poor whites [brancos pobres]’ sulistas dos Estados Unidos, e ao lado deles se desenvolve um modo de produção que não é capitalista, mas escravagista.” (MARX; ENGELS, 2013, p. 68)

analisados<sup>8</sup>. Ou seja, encontrar uma “chave” só seria possível ao apreender com cuidado, simultaneamente, a diferença específica dos fenômenos e aquilo que os coloca, até certo ponto, objetivamente, sob o mesmo crivo.

Se Marx antes apontou que “o método materialista se converte em sua antítese quando é utilizado não como um fio condutor na investigação histórica, mas como um modelo acabado a que há que adaptar os fatos históricos”, isto pode ser ressaltado justamente levando-se em conta que, para o autor, ao se procurar simplesmente “a chave” do fenômeno de conformação do trabalho assalariado, “jamais se chegará a isso tendo como chave mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica”. Ou seja, segundo Marx, estava totalmente fora de questão a “aplicação” de um método concebido como uma “teoria histórico-filosófica geral”, a qual, em verdade, ao se colocar como tal, traria justamente um elemento que a coloca como “supra-histórica”. Neste sentido, o autor de *O capital* distanciava-se de modo decidido do que foi o stalinismo e grande parte do “marxismo” do século XX (cf. LUKÁCS, 1972; MÉSZÁROS, 2002).

Com isso em mente, é preciso que se aponte que este tema mais “geral”, que gira em torno da crítica a uma concepção de marxismo que o torna semelhante a uma “filosofia da história”, passa também por algo que apontamos como central na compreensão da posição de Marx sobre o caso russo, a questão do “progresso” e de sua relação com o “primitivo”. Neste sentido, vale a pena trazer à tona uma famosa passagem do autor alemão:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a

---

<sup>8</sup> Importante destacar que a metáfora marxiana da “chave” apareceu também na famosa “Introdução” de 1857. Como destaca Ronaldo Vielmi Fortes, infelizmente, a tradução da passagem no Brasil sempre passou por um erro inaceitável: a afirmativa segundo a qual “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” foi traduzida, até a tradução mais recente (de 2011!), não com a indeterminação relativa de “uma chave” (há a possibilidade de complementação com outras chaves, pois), mas com a busca de algo como “a chave” (cf. FORTES, 2013).

sociedade burguesa em todas as formas de sociedade. (MARX, 2011a, p. 84)

Marx não deixou de anotar a superioridade da produção burguesa frente às precedentes; neste sentido, ela traz “progressos” reais e efetivos; até mesmo por esta ter se “edificado” sobre os “escombros”, “elementos” das diversas formas de organização histórica da produção. Ou seja, percebe-se a importância do passado pré-capitalista na conformação das próprias categorias que marcam o modo de produção capitalista, de tal maneira que o desenvolvimento e a evolução das formações sociais específicas passa simultaneamente pela herança legada pelo passado e pela forma particular mediante a qual tal herança é trazida na efetividade. Neste sentido, não é indiferente que as categorias de uma formação capitalista específica tenham se desenvolvido a partir do feudalismo ou de outro modo de produção, como o asiático, por exemplo (seria o caso da Rússia, segundo Marx). Embora não fosse este ponto (relativo à especificidade do desenvolvimento russo) que o autor salientava nos *Grundrisse*, é importante que isto reste destacado desde já, pois é essencial para o que aqui abordamos e que, em verdade, conforma objetivamente as determinações da efetividade russa.

A questão ganha concretude com este pano de fundo também ao passo que as categorias vigentes no modo de produção capitalista, de um modo bastante mediado, propiciariam um norte importante na análise de categorias de outros modos de produção precedentes. Neste sentido, Marx enxergava a sociedade civil-burguesa (*burgerliche Gessellschaft*) como uma sociedade marcada por um modo de produção cujas categorias poderiam ser “uma chave” (e não *A* chave) para a compreensão das categorias das formações econômicas precedentes. É preciso que se note, porém: isto não se daria porque estas categorias conteriam em si a superação (*Aufhebung*) plena e consumada daquelas outras categorias relativas a outros modos de produção – mesmo porque a organização produtiva capitalista “ainda carrega consigo como resíduos não superados” outras características e outros elementos de formações anteriores. Tem-se ainda sobre isto o fato de que “nela [na produção capitalista] se desenvolvem meros indícios de significações plenas”, de tal forma que a ressalva de Marx sobre o “método materialista”, novamente, é reforçada. Ou seja, se o autor de *O capital* dizia que “a economia burguesa fornece a chave da economia antiga”, isto ocorre sem que haja um modelo acabado a ser trazido como uma “chave mestra”. Colocar como ponto de partida da análise um “modelo acabado a que há que adaptar os fatos históricos” somente poderia ter resultados catastróficos na apreensão da complexa tessitura do real. Em grande parte, isto se daria com uma espécie *sui generis* de “modernização” da análise de realidade, a qual traria certa projeção hipostasiada do presente nas formas de sociedade anteriores, deixando, assim, de apreender, simultaneamente – como teria

acontecido com os “economistas” – a especificidade do modo de produção capitalista e dos outros modos de produção (cf. MARX, 2011a; LUKÁCS, 2010a). Com este modo equivocado de proceder, haveria uma espécie de cegueira diante da diferença específica. Portanto, justamente, apreender a especificidade dos distintos modos de produção e os diferentes modos mediante os quais o capitalismo se objetiva em cada local é algo central na cuidadosa compreensão da realidade efetiva, como aquela de Marx (cf. LUKÁCS, 2013; CHASIN, 2009; 1999).

Com isto em mente, podemos dizer que a compreensão da especificidade do desenvolvimento russo não teria como fetichizar os elementos pré-capitalistas ainda presentes na formação social russa – neste sentido, nada poderia ser mais alheio a Marx que o elogio unilateral da “comuna rural”. Igualmente inviável seria a crítica à “comuna rural” tomando como critério o desenvolvimento capitalista do Ocidente. A análise da possibilidade de “uma revolução russa”, em Marx, não poderia deixar de mostrar como, real e efetivamente, estes elementos se concatenam na realidade efetiva russa de modo *sui generis*, trazendo à tona a diferença específica que marca a conformação da sociedade russa. Analisaremos isto mais à frente. Antes disso, no entanto, é preciso destacar, ainda no plano “teórico”, um ponto de relevo: se o que Marx intentava era averiguar a possibilidade da revolução social na Rússia e se, para fazê-lo, o autor precisava tratar com cuidado da especificidade do desenvolvimento histórico do país, é importante destacar que os elementos “primitivos” e “modernos” precisam ser analisados em conjunto e em correlação. Isto, porém, aparentemente, vai no sentido oposto de uma famosa passagem marxiana presente em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despedido toda a superstição que a prende ao passado. As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem os seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo. Naquelas, a fraseologia superou o conteúdo, nesta, o conteúdo supera a fraseologia. (MARX, 2011b, pp. 28-9)

Aqueles que acreditam que tal passagem é incompatível com o que estamos dizendo (que passa pela análise concomitante do elemento “primitivo” e do “moderno”) poderiam destacar certo “eurocentrismo” na análise marxiana do caso francês. Isto poderia se dar, até certo ponto, porque a posição marxiana sobre o campesinato francês é bastante dura (cf. MARX, 2011b).

Há, no entanto, alguns pontos a serem destacados sobre isso: primeiramente, não é porque Marx buscava tratar do modo concreto



mediante o qual se conformara a realidade efetiva de um país como a Rússia e da “comuna rural” que o autor “colheria sua poesia” do “passado”. Até porque, no caso russo, a “comuna rural” sequer seria um elemento do “passado” – não se trataria de algo “morto” e que, como tal, precisaria ser “enterrado” prontamente para que a revolução social pudesse chegar “ao seu próprio conteúdo”. Antes, Marx apontava que “uma revolução russa”, no final do século XIX, dependeria da possibilidade de “salvar” a comuna; ou melhor, ele dizia que “para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa”. Ou seja, justamente no caso de “uma revolução russa” o conteúdo superaria a fraseologia, na medida em que Marx não idealizava o modo comunal de vida da comuna, contrapondo-o ao capitalista: ele analisava concretamente como seria possível defender a seguinte posição sobre a comuna rural: “ela pode, portanto, tornar-se o ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna e trocar de pele sem ter de cometer suicídio” (MARX; ENGELS, 2013, p. 100). Para que tratemos com cuidado da questão, portanto, é necessário averiguar como, segundo o autor de *O capital*, seria possível à comuna “trocar de pele”, levando ao socialismo. Fica claro desde já, no entanto, que Marx não era um “primitivista” ou “romântico”; antes, fazia a análise concreta da realidade e a busca pela diferença específica de cada formação social. Não se pode deixar de lado que a revolução social que Marx acreditava ser possível e necessária em solo russo tinha um defensor ferrenho – o próprio autor de *O capital* – que procurava estar “despido de toda a superstição que a prende ao passado”. Ele somente conseguiria tratar das possibilidades de que o presente estava prenhe ao analisar a conformação histórica da formação social russa. Assim, podemos passar à análise marxiana do caso russo.

### 3

Neste ponto de nossa análise, a primeira questão a ser levantada ao se ter em mente a especificidade do desenvolvimento russo diz respeito à impossibilidade de unilateralidade, seja no sentido de uma abordagem “romântica”, seja no se aproximar de um “progressismo linear”. Contra estas posições, Marx destacava a diferença específica entre o camponês da Europa ocidental e o camponês russo, dizendo que, no primeiro caso ocorria a seguinte situação:

Assim, em última análise, ocorre a transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada. A terra nas mãos dos camponeses russos jamais foi a sua propriedade privada; então, como se aplicaria esse desenvolvimento? (...) Do ponto de vista histórico, o único argumento sério a favor da dissolução fatal da comuna de camponeses russos é este: quando muito, se encontra em toda parte na Europa Ocidental um tipo mais ou menos arcaico de

propriedade comum; ela desapareceu totalmente com o progresso social. Por que ela escaparia a esse mesmo destino tão somente na Rússia? Respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as conquistas positivas e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, tampouco foi vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias Orientais. (MARX; ENGELS, 2013, p. 89)

Se na Europa ocidental a passagem para o modo de produção capitalista implicaria a “transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada”, o mesmo não precisaria ocorrer na Rússia, em que haveria propriedade comunal da terra – ou seja, se a propriedade privada já prevalecesse em solo russo (como ocorreu na Europa), a situação do país seria bastante distinta; em outros termos, ao contrário do que se dera na Europa ocidental, ainda haveria na Rússia uma forma de “produção coletiva” (inclusive, com forças produtivas consideráveis) que não teria sido dissolvida (tal como na Índia, por exemplo) e que, segundo Marx, poderia ser “salva”.

Se “a terra nas mãos dos camponeses russos jamais foi a sua propriedade privada”, seria preciso buscar compreender se haveria ou não alguma espécie de “necessidade absoluta” que imporia a implementação do modo de produção capitalista em solo russo. Marx ponderava que o único argumento sério que justificaria esta crença estaria no fato segundo o qual, na Europa ocidental, “um tipo mais ou menos arcaico de propriedade comum”, ao fim, “desapareceu totalmente com o progresso social”. Ou seja, caso houvesse uma situação, em essência, idêntica àquela europeia, haveria um fortíssimo argumento “a favor da dissolução fatal da comuna de camponeses russos”. Isso, porém, passaria longe de ocorrer, já que, em verdade, a especificidade do desenvolvimento russo era trazida em conjunto com “uma combinação de circunstâncias únicas”, as quais não poderiam de modo algum ser vistas enquanto simplesmente acessórias frente à suposta existência de uma “chave mestra, uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica”. Neste sentido, caso se queira levar a sério a posição de Marx e de Engels segundo a qual “conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história” (MARX; ENGELS, 2002, p. 107), é importante justamente analisar com cuidado esta “combinação de circunstâncias únicas” trazida à tona na Rússia. Somente assim seria possível ponderar de modo cuidadoso sobre a posição marxiana segundo a qual “para salvar a comuna russa é preciso que haja uma

revolução russa”. Ou seja, caso se siga Marx, está igualmente vedado, de um lado, trazer um modelo explicativo simplesmente “supra-histórico” e, doutro, fetichizar tais “circunstâncias únicas”; até mesmo porque a Rússia, real e efetivamente, “não vive isolada do mundo moderno”. Novamente, a posição marxiana acerca de “uma revolução russa” tratava da especificidade nacional somente à medida que ela aparecia conjugada com o cenário mundial; o aspecto mundial – ligado à expansão do modo de produção capitalista no século XIX –, por sua vez, também não subordinava unilateralmente o local; no limite, as alternativas colocadas na própria realidade já trariam enquanto possibilidade algo que ultrapassaria o modo de produção capitalista.

Somente assim seria possível tratar de algo como “uma revolução russa”: destacando-se a especificidade nacional e a posição no mercado mundial como determinações reflexivas; como tais, elas não poderiam ser discutidas sem a compreensão de sua mútua determinação e inter-relação<sup>9</sup>; ao final, a análise de realidade russa poderia se conformar para intentar trazer – por meio da atividade prática consciente – uma situação que consistisse “no sinal para a revolução no Ocidente”, e que, assim, dizia Marx, “poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista”. Neste sentido, não há uma oposição entre algo como um “socialismo em um só país” e uma “revolução mundial”, oposição esta que marcaria parte importante dos embates que sucederam a Revolução Russa de 1917 – ambos os termos, até certo ponto, ao menos do modo como foram tratados no século XX (cf. DEUTSCHER, 2006), tendem, de certo modo, à unilateralidade que salientamos acima. Talvez, de certa maneira, os termos tenham adquirido um tom dogmático em que, ao fim, como apontou Marx,

---

<sup>9</sup> Engels, em comentário a *O capital* de Marx, disse sobre o assunto: “mas tudo é efêmero. Os vapores transoceânicos e as estradas de ferro norte e sul-americanas e indianas permitiram que territórios peculiares concorressem nos mercados europeus de cereais. Aí estavam, por um lado, as pradarias norte-americanas, os pampas argentinos, as estepes, predispostos pela própria Natureza para o arado, terras virgens que ofereciam ricos rendimentos durante anos, mesmo no caso de serem cultivadas de modo primitivo e sem adubos. E aí estavam as terras das comunidades comunistas russas e indianas, que tinham de vender parte de seu produto, e parte sempre crescente, a fim de obterem dinheiro para os impostos que lhes eram arrancados pelo desapiedado despotismo do estado – com bastante frequência mediante tortura. Esses produtos eram vendidos sem consideração quanto aos custos de produção, vendidos pelo preço que o comerciante oferecia ao camponês, pois este precisava absolutamente do dinheiro no prazo do pagamento dos impostos. E contra essa concorrência – tanto a do solo das estepes virgens quanto a do camponês russo ou indiano espremido no torniquete dos impostos – o arrendatário e o camponês europeus não podiam florescer tendo as antigas rendas. Na Europa, parte do solo ficou definitivamente fora da concorrência para o cultivo de cereais, por toda a parte caíram as rendas; nosso segundo caso, variante 2: preço decrescente e produtividade decrescente dos investimentos adicionais de capital, tomou-se a regra para a Europa, e daí as lamentações dos agricultores, desde a Escócia até a Itália e do Sul da França até a Prússia Oriental. Felizmente, nem todas as terras de estepes passaram a ser cultivadas; ainda há o suficiente para arruinar toda grande propriedade fundiária europeia e, ainda por cima, a pequena. – F. E.]” (*apud* MARX, 1986, p. 202).

“o método materialista se converte em sua antítese quando é utilizado não como um fio condutor na investigação histórica, mas como um modelo acabado a que há que adaptar os fatos históricos”. Neste sentido também, a análise marxiana pode iluminar a compreensão e a crítica ao século XX, certamente. E tal compreensão, acreditamos, pode ajudar muito na crítica ao presente.

Em Marx, levando-se em conta a questão que mencionamos acima, tem-se a “comuna rural russa” com “uma combinação de circunstâncias únicas” justamente quando a “produção coletiva” não traria consigo necessariamente o isolamento. Ao mesmo tempo, o estabelecimento em “escala nacional” da “comuna rural”, por si só, não seria um fator que permitiria a supressão (*Aufhebung*) do modo de produção capitalista, já que, em verdade, a comuna ainda traria consigo “características primitivas”, as quais precisariam ser superadas (*aufgehoben*). E, neste sentido, Marx passava longe de um elogio unilateral ao elemento “primitivo”. Ou seja, também neste ponto, Marx escapava de uma análise descuidada das determinações da realidade efetiva. A “escala nacional” na qual se colocaria a “comuna agrícola” na Rússia poderia ser um excelente ponto de partida tomando-se como pressuposto real e efetivo o desenvolvimento, em nível europeu, do modo de produção capitalista: se, para o autor de *O capital*, o processo de “acumulação primitiva” não se impõe necessariamente na espoliação dos camponeses (e, quando se impõe, coloca-se de modos particulares), com a produção capitalista já colocada sobre seus próprios pés noutros locais, seria possível, inclusive, uma passagem “direta” da “comuna agrária” ao socialismo na medida em que “é justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela [a comuna] pode se apropriar de todas as conquistas positivas e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis”. Ou seja, as potencialidades presentes na especificidade do desenvolvimento russo trariam consigo não só a possibilidade de uma dura passagem ao modo de produção capitalista – o que Marx acreditava ser preciso evitar e que, ao fim, veio a acontecer na Rússia (cf. LÊNIN, 1982) –, mas também o fato segundo o qual a “comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional”.

A especificidade do modo mediante o qual a “comuna rural” – uma forma a ser superada, já que marcada também pela sociedade em que imperava o antagonismo entre classes sociais – se desenvolveu não trazia, portanto, um elemento camponês a ser valorizado em oposição à implementação do assalariamento (e, portanto, da transformação dos trabalhadores em proletários); Marx não romantizava os camponeses nem os condenava como inelutavelmente conservadores. Neste sentido,

escapava de muitas antinomias que marcam o debate em torno da questão dos camponeses na Revolução Russa de 1917 (cf. DEUTSCHER, 2006). Na análise concreta da realidade efetiva, o autor alemão buscava apreender as especificidades destas classes sociais na sociedade russa e concluiu que a partir da “comuna rural” seria possível rumar à supressão das próprias classes sociais e, portanto, do campesinato e do proletariado. As possibilidades advindas da luta dessas classes dependiam de suas posições concretas na cadeia produtiva de determinada formação social, e sempre é bom lembrar que a maior dessas possibilidades está na capacidade de autossupressão, com a superação das sociedades classistas (cf. MARX; ENGELS, 2003). A aposta de Marx quanto à possibilidade de “uma revolução russa”, pois, coloca-se na passagem de uma forma de propriedade coletiva a outra, tendo-se que “para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa”. Neste sentido, o autor dizia sobre a comuna: “ela pode, portanto, tornar-se o ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna e trocar de pele sem ter de cometer suicídio” (MARX; ENGELS, 2013, p. 100). Nada mais alheio ao pensamento marxiano que a imposição de um modelo produtivo a partir “de cima” para a solução da questão do campo – como ocorreu na “coletivização” stalinista (cf. DEUTSCHER, 2006), a qual, inclusive, chegou a ser defendida por marxistas bastante sofisticados como solução para a questão do “desenvolvimento” dos países do “terceiro mundo” (cf. BARAN, 1983). Em vez de qualquer artifício neste sentido, Marx disse, sobre a realidade russa:

Falando em termos teóricos, a “comuna rural” russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista, regime que, considerado exclusivamente do ponto de vista de sua duração possível, conta muito pouco na vida da sociedade. Porém, é preciso descer da teoria pura à realidade russa. (MARX; ENGELS, 2013, p. 96)

Segundo Marx, para que a “comuna rural” pudesse se colocar como um ponto de partida para uma forma superior de “produção coletiva”, a peculiaridade do desenvolvimento russo teria aspecto central, na medida em que o país não “foi vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias orientais”. Ou seja, tendo em conta o aspecto internacional e a posição russa no mercado mundial, Marx dizia que, ao contrário do que se dera na Índia (MARX; ENGELS, 2009), o desenvolvimento nacional russo traria consigo a ausência do colonialismo – o qual, ao fim, em meio à especificidade indiana, teria vindo solapar formas comunais presentes na

Índia. O autor de *O capital*, assim, destacava “uma combinação de circunstâncias únicas” também tratando do modo pelo qual havia uma relação *sui generis* da Rússia com a expansão da relação-capital no terreno mundial. O autor procurava mostrar que a “comuna rural” seria um possível ponto de partida para uma forma de produção superior; e isso poderia ocorrer somente se ela pudesse “conservar-se, desenvolvendo suas bases” – somente assim seria possível “trocar de pele sem precisar se suicidar”. Destacamos este aspecto para que fique claro: os estudos de Marx sobre a “comuna rural” não buscavam qualquer romantização dela; antes, procuravam compreendê-la para que se pensasse sua supressão (*Aufhebung*) a partir de um ato em que ela seria salva e ultrapassasse a si mesma a um só tempo: novamente, vale destacar que “para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa”.

Percebe-se, portanto: a análise da “comuna rural” se dava, essencialmente, porque ela poderia ser “um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna”, o socialismo. Essa possibilidade, por seu turno, colocava-se a partir de uma potencialidade presente na comuna, a de “desenvolver as próprias bases” de tal modo que pudesse “se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional”. Não havia, pois, nenhum elogio ao “primitivo” em oposição ao “moderno”; também não havia o moderno como “A chave” única para a compreensão das determinações de formações “primitivas”. A análise marxiana tinha por central a apreensão das determinações da realidade efetiva e, por isso, trazia a análise das contradições do momento como algo que poderia, ao mesmo tempo, traçar alternativas presentes no próprio ser da sociedade e enxergá-las em meio a tendências que, no limite, poderiam redundar na supressão do capital.

Essa tendência, na “sociedade moderna”, como tendência que é, admitiria contratendências, é claro. Tanto é assim, Marx destacava, que na “comuna rural” também estava contido o “princípio da propriedade privada”. Tratava-se, neste sentido, de analisar real e efetivamente as contradições que marcavam a especificidade do desenvolvimento russo. Haveria, em verdade, ao menos dois modos de “se apropriar dos frutos da produção capitalista”: de um lado, aquele defendido por Marx no caso russo, o da passagem ao socialismo a partir das potencialidades desenvolvidas pelo modo de produção capitalista na Europa ocidental e a partir da peculiaridade da produção coletiva da “comuna rural” russa. Doutro lado, o desenvolvimento do capitalismo, por meio do fortalecimento do “princípio da propriedade privada” e com a chegada daquilo que os defensores desta última alternativa chamaram de “novos pilares da sociedade” (MARX;

ENGELS, 2013) – e esta opção tornaria inviável “salvar a comuna rural”<sup>10</sup>. Ou seja, novamente, a análise da peculiaridade do desenvolvimento nacional andava lado a lado com uma concepção bastante “aberta” acerca do progresso histórico. Em Marx, “descer da teoria pura para a realidade russa” significaria, assim, buscar a apreensão reta das possibilidades presentes no desenvolvimento da própria realidade efetiva da sociedade russa. Esta efetividade, por sua vez, somente poderia ser compreendida ao se trazerem à tona as suas tensões internas, bem como a relação destas com o desenvolvimento mundial do capitalismo. No que, neste ponto de nossa análise, e tendo destacado aspectos importantes que permitiram a Marx desenvolver sua posição sobre a possibilidade de “uma revolução russa”, deve-se voltar ao modo pelo qual o autor frisou as “tensões” mencionadas.

#### 4

O fortalecimento do princípio da “propriedade privada” seria algo que, embora não inevitável, traria consigo um perigo muito grande à “comuna rural” – impossibilitaria, no limite, a sua “salvação” por “uma revolução russa”; esta questão, presente na própria estrutura da “comuna agrária” e que a poderia levar a um caminho oposto àquele que Marx acreditava ser o adequado à realização das potencialidades socialistas presentes na especificidade do desenvolvimento social russo, estaria ligada ao “isolamento” e à relação deste último com o grau de desenvolvimento da comuna no que toca aos “laços acanhados” e ao modo mediante o qual a comuna iria ou não se colocar como um “microcosmos”:

---

<sup>10</sup> A questão estaria colocada porque justamente a expansão da relação-capital estaria progressivamente subordinando a economia russa: “por isso, quanto mais desfavorável o clima, tanto mais se concentra o período de trabalho na agricultura e, portanto, o dispêndio de capital e trabalho num período mais curto. Por exemplo, a Rússia. Lá, em algumas regiões ao Norte, o trabalho do campo só é possível por 130 a 150 dias do ano. Pode-se entender que perda a Rússia sofreria se 50 dos 65 milhões de sua população europeia ficassem desocupados durante os seis ou oito meses de inverno em que todo o trabalho do campo tem de cessar. Além dos 200 mil camponeses que trabalham nas 10.500 fábricas da Rússia, desenvolveram-se por toda parte, nas aldeias, indústrias caseiras próprias. Assim, há aldeias em que há gerações todos os camponeses são tecelões, curtidores, sapateiros, serralheiros, cuteleiros etc.; esse é especialmente o caso do *gouvernements* de Moscou, Vladimir, Kaluga, Kostroma e Petersburgo. Essa indústria caseira é cada vez mais pressionada a se pôr a serviço da produção capitalista; aos tecelões, por exemplo, urdidura e trama são fornecidas por comerciantes, diretamente ou por meio de agentes” (MARX, 1985b, p. 181). Marx, neste sentido, complementa dizendo que: “ao mesmo tempo que se sangra e tortura a comuna, que se esteriliza e pauperiza a sua terra, os lacaios literários dos ‘novos pilares da sociedade’ designam ironicamente os ferimentos que assim lhe são infligidos como sintomas de sua decrepitude espontânea. Afirma-se que ela está morrendo de morte natural e que se fará um bom trabalho abreviando sua agonia. Aqui não se trata mais de um problema a resolver; trata-se pura e simplesmente de um inimigo a derrotar. Para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa. De resto, o governo e os ‘novos pilares da sociedade’ fazem o melhor que podem para preparar as massas para essa catástrofe” (MARX; ENGELS, 2013, p. 102).

Da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade revela uma série de tipos diferentes, que caracterizam épocas diferentes e sucessivas. A comunidade aldeã russa pertence ao tipo mais jovem desta cadeia. Aí, o camponês que cultiva já possui a casa em que mora, pertencendo-lhe o jardim. Aí temos o primeiro elemento dissolvente da formação arcaica, desconhecido nos tipos mais velhos. Por outro lado, todos estes baseiam-se nas relações de sangue dos membros da comunidade, enquanto a comuna russa pertence a um tipo já emancipado destes laços acanhados, capaz, portanto, de maior evolução. O isolamento das comunidades aldeãs, a falta de laços entre suas vidas, este microcosmo localmente entrelaçado, não é sempre uma característica imanente do último dos tipos primitivos. Entretanto, onde quer que ocorra, permite a emergência de um despotismo central sobre as comunidades. Parece-me que na Rússia o isolamento original, causado pela grande extensão territorial, será facilmente eliminável, quando as cadeias impostas pelo governo tiverem sido rompidas. (MARX, 1985a, p. 132)

Marx destacava a diferença específica existente entre as distintas “formações arcaicas”, sendo que a “comuna aldeã russa” seria uma forma relativamente tardia<sup>11</sup>. Isto implicaria um duplo aspecto: de um lado, esta formação social, tal qual as outras formas “arcaicas”, traria consigo um elemento privado, ligado ao isolamento e que poderia ter como contraparte tanto o despotismo oriental<sup>12</sup> quanto o fortalecimento do “princípio da propriedade privada”; doutro lado, haveria certo afastamento das barreiras naturais (cf. LUKÁCS, 2012) inexistente em outras formas “arcaicas” e

<sup>11</sup> Como salientou Marx, “a história da decadência das comunidades primitivas ainda está por ser escrita, e seria um erro colocar todas elas no mesmo patamar; assim como nas formações geológicas, há nessas formações históricas toda uma série de tipos primários, secundários, terciários etc. Não forneci aqui mais do que magros esboços. Mas, em todo caso, a pesquisa está bastante avançada e me permite afirmar que: i) a vitalidade das comunidades primitivas era incomparavelmente maior do que a das sociedades semitas, gregas, romanas etc. e, *a fortiori*, do que a das modernas sociedades capitalistas; ii) as causas de sua decadência derivam dos dados econômicos que as impedem de ultrapassar certo grau de desenvolvimento, de ambientes históricos de modo algum análogos ao ambiente histórico da comuna russa de hoje” (MARX; ENGELS, 2013, p. 101).

<sup>12</sup> Veja-se o que diz Engels sobre a questão, diga-se de passagem, com uma generalização incompatível com a obra marxiana e aproximando a Índia da Rússia de modo indevido (cf. MUSETTI, 2015): “o camponês russo vive e trabalha dentro de sua comunidade, apenas; todo o restante do mundo só existe para ele na medida em que se intromete nessa sua comunidade. Tanto é assim que, na língua russa, a mesma palavra ‘mir’ significa, por um lado, ‘o mundo’ e, por outro, a ‘comuna camponesa’. Para o camponês, ‘ves’ mir’, ‘o mundo todo’, significa a assembleia dos membros da comuna. Portanto, quando o senhor Tkatchov fala da ‘visão de mundo’ dos camponeses russos, é evidente que ele traduziu equivocadamente o ‘mir’ russo. Esse isolamento completo das comunidades individuais umas das outras, que pode até criar interesses iguais em todo o país, os quais, no entanto, constituem o exato oposto de interesses comuns, é o fundamento natural espontâneo do despotismo oriental; da Índia até a Rússia, a forma de sociedade em que esse isolamento predominou sempre o produziu, sempre encontrou nele seu complemento” (MARX; ENGELS, 2013, p. 51).



decorrente de a “comuna rural” já ter superado os “laços de sangue dos membros da comunidade”, tendo se “emancipado” dos “laços acanhados” que se aproximam de uma forma mais “natural” de ligação entre os indivíduos. Ou seja, a especificidade da “comuna agrícola” estaria tanto em seu desenvolvimento em nível nacional (ela se colocava “em escala nacional”) quanto em seu ímpar afastamento de laços de sangue, afastamento este que ligava a comunidade desenvolvida na “comuna rural” a determinações já bastante “socializadas”: as relações desenvolvidas na “comuna agrícola”, portanto, afastavam-se da espontaneidade mais ou menos imediata de outras formas “arcaicas” e já carregavam consigo um elemento mediado que, no campo da produção, implicava a cooperação coletiva e não uma unidade que se impunha aos indivíduos e os conformava em certa indiferenciação que traria como possibilidade, ao fim, certo convívio “harmonioso” com o “despotismo central”. O essencial ao apreender o que caracterizava o caso russo era, portanto, que “o isolamento das comunidades aldeãs, a falta de laços entre suas vidas, este microcosmo localmente entrelaçado, não é sempre uma característica imanente do último dos tipos primitivos”. Nesta direção, é preciso distinguir dois aspectos: em um primeiro, não havia “isolamento” no caso da “comuna rural russa” em um sentido específico – ela não se colocava simplesmente como um “microcosmo localmente entrelaçado”, dado que se punha em “escala nacional” e que, como apontou Marx, “a Rússia não vive isolada do mundo moderno, tampouco foi vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias orientais”; por outro lado, havia certo isolamento, já que se desenvolviam formas de propriedade privada da terra (o “princípio da propriedade privada” estava presente na própria estrutura da comuna rural) e também estaria presente, ainda, o “despotismo central” do tsarismo, possível onde se coloca o isolamento e que tinha sua efetividade ao se impor sobre “as comunidades” que se desenvolveram na Rússia. Ou seja, em dois aspectos específicos – aos quais Marx se contrapunha – havia isolamento na “comuna rural”: primeiramente, pela existência de uma forma de produção que, não obstante coletiva, trazia consigo também um elemento privado forte. Em segundo lugar, o “*mir*” russo era uma forma de comunidade que se pretendia como autossuficiente somente na medida em que não podia sê-lo. Justamente a conformação em escala nacional da “comuna russa” já a colocava como uma formação ligada tanto ao “Ocidente” capitalista quanto ao aspecto “oriental” da produção “asiática”<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Neste ponto, sobre a especificidade do desenvolvimento econômico russo frente ao indiano e ao chinês, Marx apontava em *O capital*: “a súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a rivalidade entre as nações europeias pela posse dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, contribuirão essencialmente para quebrar as barreiras feudais da produção. No entanto, o modo de produção moderno se desenvolveu em seu primeiro período, o período manufatureiro,

Algo de grande relevo nesse ponto é o caráter notadamente não linear do desenvolvimento histórico em Marx: se estado e direito burgueses, em meio ao desenvolvimento europeu, trouxeram um grande avanço<sup>14</sup>, o mesmo não se deu em solo russo. Ali havia justamente “cadeias impostas pelo governo”, as quais perpassavam uma forma de “despotismo oriental”, e estariam também tendendo a se desenvolver no sentido capitalista, com a conseqüente espoliação da “comuna rural”<sup>15</sup> – a qual, para Marx, “poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista” – e com a imposição de mudanças substanciais no cenário russo a partir da “emancipação dos camponeses” de 1850. Em vez do desenvolvimento gradual destas mudanças no sentido do desenvolvimento capitalista – amparado também no desenvolvimento do estado e do direito burgueses –, o autor de *O capital* apontava que o “isolamento original”, decorrente da “grande expansão territorial”, não precisaria ser superado por meio do caráter “universal” do direito e do estado modernos; antes, tratar-se-ia, a partir da organização nacional da “comuna rural”, de romper com as “cadeias impostas pelo

---

somente as condições para tanto haviam sido geradas durante a Idade Média (...). Os obstáculos que a solidez e a estruturação interna dos modos de produção nacionais pré-capitalistas opõem à ação dissolvente do comércio mostram-se de modo marcante no intercâmbio dos ingleses com a Índia e a China. A base ampla do modo de produção é aqui formada pela unidade de pequena agricultura com indústria caseira, ao que na Índia ainda se acrescenta a forma das comunicações aldeãs, baseadas na propriedade comum do solo, que, aliás, também na China era a forma original. Na Índia, os ingleses aplicaram ao mesmo tempo seu poder político e econômico direto, como dominadores e arrendatários da terra, para fazer saltar essas pequenas comunidades econômicas. Se seu comércio atua aqui revolucionariamente sobre o modo de produção, só o faz à medida que, por causa do baixo preço de suas mercadorias, aniquila a fiação e a tecelagem, que constituem uma antiquíssima parte integrante dessa unidade de produção industrial-agrícola, e, assim, rompem as comunidades. Mesmo aqui, só conseguem levar a cabo esse processo de dissolução paulatinamente. Ainda menos na China, onde o poder político direto não vem em sua ajuda. A grande economia e a poupança de tempo que decorrem da ligação entre agricultura e manufatura oferecem aqui a mais pertinaz resistência aos produtos da grande indústria, em cujo preço entram os 'aux' rais do processo de circulação, que os penetra por toda parte. Em antítese ao comércio inglês, o comércio russo deixa, no entanto, intocada a base econômica da produção asiática.” (MARX, 1986, p. 250)

<sup>14</sup> Como disse Marx na *Nova Gazeta Renana*: “as revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa ou francesa, foram revoluções de tipo europeu. Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para uma nova sociedade europeia. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha do morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário a partir da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais” (MARX, 2010, p. 322).

<sup>15</sup> Apontava Marx: “vós sabeis perfeitamente que hoje a própria existência da comuna russa corre perigo advindo de uma conspiração de interesses poderosos; esmagada pelas exações diretas do estado, explorada fraudulentamente pelos intrusos ‘capitalistas’, mercadores etc., e pelos ‘proprietários’ de terras, ela, ainda por cima, enfrenta o mercado minado pelos usurários da cidade, pelos conflitos de interesses provocados em seu próprio seio pela situação em que ela foi colocada” (MARX; ENGELS, 2013, pp. 101-2).

governo”; ou seja, se no nível europeu ocidental uma revolução social somente teria sido propiciada a partir da centralização e modernização do aparato estatal (cf. MARX, 2011b), o oposto se daria na Rússia. A possibilidade de “uma revolução russa” estaria, inclusive, contra o estado<sup>16</sup>.

A confluência do “código da corveia” de 1831<sup>17</sup> e da “emancipação dos camponeses” traria dificuldades grandes para que a “comuna rural” pudesse ser salva. Isso, como já se disse, somente seria possível com “uma revolução russa”, a qual, em vez do elemento estatal, traria consigo “uma assembleia de camponeses eleitos pelas próprias comunas e servindo de órgão econômico e administrativo dos seus interesses” (MARX; ENGELS, 2013, p. 95). Ou seja, uma “revolução russa” não só partiria do elemento coletivo da “comuna rural”; ela conformaria uma forma de governo deliberativa que substituiria o estado e suprimiria a antinomia entre o elemento “econômico” e o “administrativo”. De um lado, pois, a possibilidade da supressão do estado por meio da auto-organização dos camponeses, doutro, a possibilidade da emergência de um estado capitalista que surrupiaria justamente a “comuna agrícola”, constituindo uma forma *sui generis* de modo de produção capitalista a ser imposto, sob o nome de “novos pilares”, ao povo russo:

Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo estado em condições econômicas anômalas e desde esse tempo não cessou de sucumbir às forças sociais concentradas em suas mãos. Extenuada pela carga fiscal que pesa sobre ela, tornou-se matéria inerte passível de ser facilmente explorada pelo comércio, pela propriedade fundiária e pela usura. Essa opressão vinda de fora desencadeou no seio da

---

<sup>16</sup> Segundo Engels, “está claro que, desde a emancipação da servidão, a situação dos camponeses russos se tornou insuportável e, no longo prazo, insustentável e que, já por essa razão, está se encaminhando uma revolução na Rússia. A pergunta a fazer é: qual poderá ser e qual será o resultado dessa revolução?” (MARX; ENGELS, 2013, p. 43).

<sup>17</sup> Como anotava Marx em *O capital*: “nos principados do Danúbio, a corveia estava associada à renda natural e demais complementos da servidão, mas constituía o tributo decisivo pago à classe dominante. Onde esse é o caso, raramente a corveia originou-se da servidão, a servidão, ao contrário, muito mais da corveia. E assim foi nas províncias romenas. Seu modo original de produção baseava-se na propriedade comum, porém não a propriedade comum sob a forma eslava, ou menos ainda indiana. Parte das terras era cultivada independentemente pelos membros da comunidade, como propriedade privada livre; outra parte — o *ager publicus* — era cultivada em comum por eles. Parte dos produtos desse trabalho comunal servia de fundo de reserva para o caso de más colheitas e outras casualidades, parte de tesouro do estado para cobrir os custos de guerra, religião e outras despesas comunais. Com o decorrer do tempo, dignitários militares e eclesiásticos usurparam a propriedade comunal e as prestações devidas à mesma. O trabalho dos camponeses livres sobre sua terra comunal transformou-se em corveia para os ladrões da terra comunal. Com isso, desenvolveram-se simultaneamente relações de servidão, no entanto apenas de fato, não legalmente, até que a Rússia, libertadora universal sob pretexto de abolir a servidão, elevou-a à categoria de lei. O código de corveia proclamado pelo general russo Kisselev, em 1831, foi naturalmente ditado pelos próprios boiardos. A Rússia conquistou, desse modo, com um só golpe, os magnatas dos principados danubianos e os aplausos dos cretinos liberais de toda a Europa” (MARX, 1996a, p. 351).

própria comuna o conflito de interesses já presente nela e desenvolveu rapidamente os germes de sua decomposição. Mas isso não é tudo. À custa dos camponeses, o estado deu forte impulso aos ramos do sistema capitalista ocidental que, sem desenvolver de nenhum modo as capacidades produtivas da agricultura, são os mais apropriados para facilitar o roubo de seus frutos pelos intermediários improdutivos. Desse modo, ele cooperou para o enriquecimento de um novo parasita capitalista que suga o sangue já tão anêmico da “comuna rural”. (Em suma: o estado concorreu para o desenvolvimento precoce dos meios técnicos e econômicos mais apropriados, a fim de facilitar e precipitar a exploração do agricultor, isto é, da maior força produtiva da Rússia, além de enriquecer os “novos pilares sociais”.) A menos que seja rompido por uma potente reação, esse concurso de influências destrutivas naturalmente deverá levar a comuna rural à morte. (MARX; ENGELS, 2013, pp. 96-7)

É sempre bom lembrar que não havia somente uma possibilidade de se extirpar o “isolamento” da “comuna rural”; uma possibilidade era trazida à tona com a opção de “mudar de pele sem se suicidar”, elevando-se o elemento coletivo da comuna russa a um novo patamar, com o socialismo: nesta opção, tratar-se-ia de “se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional”. Outra possibilidade se colocava na supressão da “comuna agrária” pela imposição de “novos pilares sociais”, pela imposição brutal do modo de produção capitalista<sup>18</sup>. E a “emancipação dos camponeses”, de 1850, iria exatamente neste sentido (cf. LÊNIN, 1982), trazendo mais força ao “princípio da propriedade privada”<sup>19</sup>. O papel do

---

<sup>18</sup> Como salientava Marx, haveria uma dualidade presente na própria estrutura da “comuna russa”: “não podemos passar por alto o fato deste tipo arcaico, a que pertence a comuna russa, esconder um dualismo interno, que pode, sob certas circunstâncias históricas, conduzir à sua ruína. A propriedade da terra é comunal, mas cada camponês cultiva e administra seu lote por conta própria, de um modo que lembra o pequeno camponês do Ocidente. A propriedade comum, pequenas culturas divididas: esta combinação que foi útil em períodos mais remotos torna-se perigosa no nosso. Por um lado a propriedade móvel, um elemento que desempenha crescente papel, mesmo na agricultura, gradualmente conduz à diferenciação da riqueza entre os membros da comunidade e, portanto, torna possível um conflito de interesses, especialmente sob a pressão fiscal do estado. Por outro lado, perde-se a superioridade econômica da propriedade comunal, como base do trabalho cooperativo e combinado” (MARX, 1985a, p. 132).

<sup>19</sup> Em *O capital*, Marx ressaltava algumas tendências justamente colocadas neste sentido: “os proprietários fundiários russos que, em decorrência da assim chamada emancipação dos camponeses, fazem funcionar agora sua exploração agrícola com trabalhadores assalariados em vez de com trabalhadores forçados de condição servil queixam-se de duas coisas: primeiro, da falta de capital monetário. Assim, dizem, por exemplo: antes de vender a colheita, há que pagar trabalhadores assalariados em grande número e aí falta a condição primeira, dinheiro sonante. Capital na forma-dinheiro precisa estar sempre disponível exatamente para o pagamento do salário, a fim de executar a produção de modo capitalista. Porém, quanto a isso, os proprietários rurais podem consolar-se. Com o tempo, colhem-se as rosas e o capitalista industrial dispõe não só de seu próprio dinheiro, mas também de *l'argent des autres*” (MARX, 1985b, pp. 30-1).

estado nisto seria fundamental e se colocaria essencialmente contra o desenvolvimento da “comuna russa”; “condições econômicas anômalas” se desenvolveriam de tal modo a formar uma situação em que “a duras penas o conjunto é mantido exteriormente coeso por meio de um despotismo oriental” (MARX; ENGELS, 2013, p. 56). A “concentração de forças sociais” se daria justamente na medida em que a “comuna russa” era espoliada e era fortalecido o estado. A “carga fiscal” estaria tornando a comuna “inerte” de tal modo que “o princípio da propriedade privada” iria se tornando mais forte justamente quando o “conflito de interesses” já presente na própria estrutura da comuna, no limite, colocar-se-ia de forma que a “opressão vinda de fora”, por meio do estado e dos capitalistas estrangeiros <sup>20</sup> “desencadeou no seio da própria comuna o conflito de interesses já presente nela e desenvolveu rapidamente os germes de sua decomposição”. Justamente “o roubo” da produção agrícola russa se daria mediante o estado que, impondo-se frente à comuna rural”, segundo Marx, “deu forte impulso aos ramos do sistema capitalista ocidental”. Também neste sentido, “uma revolução russa” precisaria ser uma revolução contra o estado, e não pela formação de um estado diferenciado, um estado operário. Também neste ponto há um elemento importante para se pensar a Revolução Russa de 1917, em que, ao fim, o estado veio a adquirir um papel central. No entanto, é preciso que continuemos a tratar da especificidade do tema no tempo de Marx.

Uma questão importante para tratar do tema gira em torno da própria conformação objetiva das forças produtivas da “comuna rural”: as “capacidades produtivas da agricultura” não seriam desenvolvidas pelo capitalismo no caso russo; ao contrário. Justamente o modo de produção capitalista carrega consigo “um novo parasita capitalista que suga o sangue já tão anêmico da 'comuna rural'” – o estado traria justamente “instrumentos técnicos” que minariam, por meio da “exploração dos agricultores”, aquilo que Marx dizia ser a “maior força produtiva da Rússia”. Ou seja, Marx não valorizava a “comuna russa” por esta se colocar em uma forma de “comunidade” (*Gemeinschaft*) em oposição à “civilização” ou à sociedade (*Gesellschaft*): não há nenhum “romantismo revolucionário” (cf. LÖWY; SAYRE, 1995) no autor; também neste ponto, sua análise nada tem de romântica; o aspecto coletivo da “comuna rural” se evidenciava no momento em que, enquanto “maior força produtiva da Rússia”, esta tinha

---

<sup>20</sup> Como colocava Marx, o desenvolvimento capitalista na Rússia traria consigo um elemento estrangeiro bastante importante: “sobre esse solo russo, tão fértil em todos as infâmias, também os velhos horrores do período da infância das *factories* inglesas estão em pleno florescimento. Os dirigentes são naturalmente ingleses, pois os capitalistas russos nativos não servem para o negócio fabril. Apesar de todo excesso de trabalho, trabalho diurno e noturno ininterrupto e o mais vergonhoso subpagamento dos trabalhadores, o produto russo apenas vegeta devido à proibição do estrangeiro” (MARX, 1996b, p. 191).

“a superioridade econômica da propriedade comunal, como base do trabalho cooperativo e combinado” (MARX, 1985a, p. 132) frente à atomização da produção. Marx fazia justamente o contrário de uma idealização romântica da “comuna russa” e não era porque não aceitava a solução dos “novos pilares da sociedade” – a imposição brutal do capitalismo – que se voltava para o passado. Antes, a apreensão da especificidade do caso russo fazia que, tanto no que tocava à possibilidade de uma “acumulação primitiva” quanto no que dizia respeito à via específica para o socialismo na Rússia, fosse preciso a Marx lidar com as tensões presentes na própria realidade efetiva e que se conformavam, na Rússia, de modo distinto do da Europa ocidental. Dizer que Marx era “romântico” é bastante equivocado: pressupõe que a “evolução” (que é defendida explicitamente por Marx, em verdade) seria necessariamente linear e não meandrada. Ou seja, dizer que Marx elogiava a “comuna russa” por qualquer vocação “romântica” é deixar de lado a apreensão do próprio texto marxiano.

Para “salvar a comuna rural” seria preciso “uma revolução russa”; mas não só. Sobre esta conformação da Rússia depois da “emancipação dos camponeses” e do “código da corveia”, o autor destacava que, “a menos que seja rompido por uma potente reação, esse concurso de influências destrutivas naturalmente deverá levar a comuna rural à morte”. Ou seja, a dificuldade de “uma revolução russa” não era pouca e a maneira de lidar com a questão do “isolamento” era central no modo pelo qual Marx delineava as alternativas presentes na própria realidade efetiva da sociedade russa. Neste sentido específico, a principal fraqueza da comuna estaria em seu isolamento relativo, sendo preciso, segundo Marx, superá-lo, tratando-se da defesa de um desenvolvimento da comuna em que esta pudesse “se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional”.

Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento contraditório da “comuna rural” colocava-se frente a duas opções ao menos (em verdade, “a duras penas”, seria possível, embora não provável, uma terceira opção, a manutenção do modo de produção asiático e do despotismo oriental): aquela do capitalismo e dos “novos pilares da sociedade”, de um lado e, doutro, a da possibilidade de a comuna “se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional”. Como vimos, estas duas tendências, até certo ponto, estavam presentes na própria conformação da especificidade do desenvolvimento social russo. E, assim, por fim, é necessário que passe pelo modo mediante o qual a questão se desenvolveu de modo ainda mais explosivo em meio à tensão entre o isolamento e a possibilidade de uma revolução. A seguinte passagem é esclarecedora:

Uma circunstância muito favorável do ponto de vista histórico à conservação da “comuna agrícola” pela via

do seu desenvolvimento ulterior consiste em que ela não só é contemporânea da produção capitalista ocidental – podendo assim se apropriar dos frutos sem se sujeitar ao seu *modus operandi* –, mas também sobreviveu à época em que o sistema capitalista se apresentou ainda intacto, em que ela o encontra, pelo contrário, na Europa ocidental, assim como nos Estados Unidos, em luta contra as massas trabalhadoras, contra a ciência, contra as próprias forças produtivas que engendra – em suma, ela o encontra numa crise que terminará com a sua eliminação, com o retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo “arcaico” da propriedade e da produção coletivas. (MARX; ENGELS, 2013, pp. 95-6)

Uma coisa seria a imposição do modo de produção capitalista quando a relação-capital ainda traria consigo um elemento, no limite, popular, que permeou as “revoluções do tipo europeu” (cf. MARX, 2010); algo completamente distinto seria a expansão capitalista quando já havia uma “luta contra as massas trabalhadoras, contra a ciência, contra as próprias forças produtivas que engendra”. Deste modo, as duas possibilidades expostas acima para que fosse possível superar o “isolamento” da “comuna rural” apareciam de modo ainda mais dramático, sendo preciso, contra a regressão posta pelos “novos pilares da sociedade”, destacar a necessidade de “uma revolução russa”. Este processo seria aquele que, até certo ponto, traria a “preservação da 'comuna agrícola'”; no entanto, isto se daria somente na medida em que se trataria de preservá-la diante da imposição da relação-capital e da dissolução da propriedade coletiva e das forças produtivas da agricultura russa. Ou seja, tratar-se-ia de uma “preservação” que traz consigo a necessidade do “desenvolvimento ulterior”, somente possível devido ao fato segundo o qual a “comuna russa” era “contemporânea da produção capitalista ocidental”. O aspecto *sui generis* de “uma revolução russa” estaria na possibilidade de que esta disporia – devido ao próprio fato de o capital ser uma potência social totalizadora – de “se apropriar dos frutos sem se sujeitar ao seu *modus operandi*”, de tal modo que o desenvolvimento da Europa ocidental é o pressuposto objetivo da possibilidade do desenvolvimento russo no sentido socialista, sendo necessário que se atente às aspas usadas por Marx ao dizer que se trataria, ao final, do “retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo 'arcaico' da propriedade e da produção coletivas”. Justamente, o socialismo não traria consigo nada de “arcaico” e o desenvolvimento da “comuna rural”, que, no limite, desembocaria em sua supressão, implicaria um “retorno” a formas de propriedade coletivas que, em verdade, seriam um elo que, segundo Marx, na época, “poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista”. Diante do anacronismo do domínio do capital, e da possibilidade – apreendida a partir de uma análise cuidadosa da especificidade do desenvolvimento russo – de “uma revolução russa”, a revolução russa se daria, efetivamente, contra o estado.

## 5

O elemento de “isolamento”, inseparável da valorização “romântica” da comuna, para Marx, seria um problema sério. Uma valorização do elemento “comunitário” da comuna, quer se queira, quer não, não pode ser dissociado do aspecto mais problemático desta, de modo que ela, por mais que fosse um ponto de partida, não poderia ser valorizada por si e nem seria possível valorizar um de seus elementos separando-os dos outros. Marx já apontara em 1847 a impossibilidade de uma valorização unilateral dos elementos que compõem relações em sua crítica a Proudhon<sup>21</sup>, de modo que se tratava de pensar a maneira concreta mediante a qual seria possível – em cada caso concreto – trazer à tona, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma revolução nacional que superasse o atual estado das coisas de modo real e efetivo em nível local e que se colocasse como um elo na cadeia da supressão do capital, em nível mundial. Não seria possível uma valorização “romântico-revolucionária” da comuna até mesmo porque, no limite, esta característica de “isolamento” presente na comuna a conformaria, também, embora não só, como algo “hostil em todos os sentidos”. Veja-se o que Marx comentava sobre o tema:

Há uma característica da “comuna agrícola” na Rússia que a fragiliza, tornando-a hostil em todos os sentidos. Trata-se de seu isolamento, a falta de ligação entre a vida de uma comuna e a das demais, esse microcosmo localizado que não se encontra mais em parte alguma como característica imanente desse tipo, mas que, onde se encontra, fez surgir um despotismo mais ou menos central, que paira sobre as comunas. A federação das repúblicas russas do Norte prova que esse isolamento, que parece ter sido originalmente imposto pela vasta extensão do território, foi consolidado em grande parte pelas fatalidades políticas que a Rússia teve de suportar depois da invasão mongol. Atualmente trata-se de um obstáculo muito fácil de eliminar. Seria preciso simplesmente substituir a *volost*, a instância governamental, por uma assembleia de camponeses eleitos pelas próprias comunas e servindo de órgão econômico e administrativo dos seus interesses. (MARX; ENGELS, 2013, p. 95)

O “isolamento”, pois, no caso russo, não colocaria exatamente a comuna como um “microcosmo localizado”, dado que “a Rússia não vive isolada do mundo moderno”, sendo possível desenvolver a própria comuna num sentido bastante distinto do seu “isolamento”, porque, “ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas

---

<sup>21</sup> Como apontou Marx contra Proudhon: “vejamos agora que modificações o Sr. Proudhon impõe à dialética de Hegel ao aplicá-la à economia política. Para o Sr. Proudhon, toda categoria econômica tem dois lados – um bom, outro mau. Ele considera as categorias como o pequeno-burguês considera os grandes homens da história: Napoleão é um grande homem; fez muita coisa boa mas, também, fez muita coisa má. O lado bom e o lado mau. A vantagem e o inconveniente, tomados em conjunto, constituem, para o Sr. Proudhon, a contradição em cada categoria econômica. Problema a resolver: conservar o lado bom, eliminando o mau” (MARX, 1989, pp. 107-8).



características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional”. Essa possibilidade, porém, não apagaria o elemento de “isolamento da comuna” que, em um sentido específico, traria, sim, este “microcosmo localizado”. Ou seja, em verdade, em sua própria conformação, o elemento do “isolamento” seria central às determinações presentes na efetividade da “comuna russa”; mesmo que as comunas agrícolas se colocassem em “escala nacional”, “fatalidades políticas”, como a invasão mongol, teriam feito que aspectos deste isolamento fossem consolidados até certo ponto e, neste sentido específico, não haveria como tomar a comuna senão como um ponto de partida para a superação – na forma do socialismo – do próprio elemento de isolamento, que, por seu turno, é justamente um aspecto importante de “suas características primitivas”. Tratava-se de “salvar” a comuna ao retirá-la do campo da potência totalizadora que, na forma dos “novos pilares da sociedade”, vinham se impondo de modo tendencialmente global, o capital; nunca se trataria, porém, de “salvar a comuna rural” para que os elementos primitivos viessem à tona com outra face. Neste sentido, ater-se a este momento de passagem – conformado na “comuna rural” – e tomá-lo como algo que, por si, traria a superação real e efetiva do capitalismo seria um erro inadmissível. O modo mediante o qual Marx pensava a questão passava por dois pontos centrais, ao menos: de um lado, a crítica ao próprio estado (“seria preciso simplesmente substituir a *volost*, a instância governamental, por uma assembleia de camponeses eleitos pelas próprias comunas e servindo de órgão econômico e administrativo dos seus interesses”); doutro lado, tratar-se-ia de pensar uma revolução russa que, a partir de sua peculiaridade nacional, tivesse a si mesma como um elo importante na supressão do próprio capital, que se coloca em âmbito global (“se a revolução russa constitui-se no sinal para a revolução no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista”). Estes dois aspectos seriam essenciais e, diga-se de passagem, trazem à tona uma heterogeneidade muito grande em relação àquilo que foi tomado como o programa para “a revolução russa” depois da consolidação do stalinismo (cf. CLAUDÍN, 2013; DEUTSCHER, 2006). Ou seja, também sob estes aspectos, o posicionamento marxiano pode iluminar bastante os acontecimentos do século XX e, em especial, aqueles relativos à Revolução Russa de 1917.

Diante do fato segundo o qual “a Rússia é o único país europeu em que a 'comuna agrícola' se manteve em escala nacional até os dias atuais” e da circunstância de que “ela não foi vítima de um conquistador estrangeiro, a exemplo das Índias orientais, nem vive isolada do mundo moderno” (MARX; ENGELS, 2013, pp. 93-4), estaria dada uma heterogeneidade essencial que marcaria a Rússia diante da China e da Índia, em que,

efetivamente, o “despotismo central” se impôs em meio à consolidação de formas distintas de propriedade privada das comunas e em que, no caso, nada estaria mais longe que a possibilidade de uma passagem direta ao socialismo (cf. MARX; ENGELS, 2009). No caso russo, por outro lado, como procuramos mostrar acima, segundo Marx, a “comuna agrícola” não passaria necessariamente por uma “dissolução” nos moldes chineses e indianos (ou mesmo europeus) e, no limite, não seria tão difícil dar início à passagem direta a um modo de produção distinto – mesmo que o “isolamento” marcasse a efetividade da “comuna rural” e, neste sentido, trouxesse como possibilidade “um despotismo mais ou menos central, que paira sobre as comunas”, haveria uma especificidade do caso russo que o tornava único, destacando Marx juntamente este caráter da comuna russa. Este aspecto estaria presente também na medida em que, desde o começo, “uma revolução russa” se colocaria contra o direito e contra o estado burgueses, mesmo que estes não estivessem plenamente desenvolvidos em solo russo. Com isso, havia diferenças essenciais no que toca à possibilidade de “uma revolução” na Rússia, na China, na Índia e mesmo na Europa ocidental, nunca havendo nenhuma “chave mestra[,] uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica”. Qualquer espécie de “modelo” acabado também cairia por terra, pois. Ou seja, em hipótese alguma o “modelo” daquilo que Marx chamou de “uma revolução russa” poderia ser imposto a outros países. E, em verdade, foi justamente isso que, em parte considerável, aconteceu durante o domínio stalinista no movimento comunista, e, neste sentido, poderia ser visto enquanto algo que, efetivamente, estava em crise muito antes da desagregação da antiga União Soviética (cf. CLAUDÍN, 2013). Se as condições do início do século XX foram muito distintas daquelas do final do XIX, o caráter único do caso russo foi uma constante. Se Marx analisou a especificidade do caso russo com cuidado, e se Lênin (1982) o fez também, não se pode dizer o mesmo daqueles que seguiram o marxismo soviético. Hoje, até mesmo com uma leitura mais cuidadosa de Marx, é possível que as portas estejam abertas para se tratar deste tema de modo mais rigoroso e que possa fazer que a esquerda socialista do século XXI, a partir das lições do passado, pense na possibilidade de uma empreitada grandiosa como aquela contraditoriamente conformada na Revolução Russa de 1917.

### ***Referências bibliográficas***

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

- BARAN, Paul. *Economia política do desenvolvimento econômico*. Trad. S. Ferreira de Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. Belo Horizonte: Una Editorial, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise o movimento comunista*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- DEUTSCHER, Isaac. *Stálin: uma biografia política*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. *As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento*. Saardbrüeken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia - o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LUKÁCS, György. Conversation with Gyorgy Lukács (Interview with Franco Ferrarotti). *World View*, Nova York, May 1972.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social v. I*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social v. II*. Tradução por Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985a.
- \_\_\_\_\_. *O capital v. II*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- \_\_\_\_\_. *O capital v. III*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O capital v. I*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *O capital v. II*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- \_\_\_\_\_. *Nova Gazeta Renana*. Trad. Livia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.

- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Trad. Mário Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A sagrada família*. Trad. Marcelo Backers. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Acerca del colonialismo*. Trad. Editorial Progreso. Buenos Aires: Terramar Ediciones, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Lutas de classes na Rússia*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheda e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MUSETTI, Felipe. Marx e Engels sobre a particularidade da luta de classes na Rússia. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, \_\_\_\_\_, 2015. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.085553437551068.pdf>>, acessado em 23 abr. 2017.

Recebido: 30 de outubro de 2016

Aprovado: 2 de abril de 2017